

DECLARAÇÃO ANEXO I

(a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do nº3 do artigo 256ºA, conforme aplicável e de acordo com o ponto IX alínea a) do Caderno de Encargos)

- 1- Sr. Dr. Rui Pedro Carrão Cardoso de Paiva nº ID Civil 10775142 9 ZY1 , com residência profissional na Estrada de Chelas, n.º 187, Lisboa, na qualidade de representante legal de RESOPRE-Sociedade Revendedora de Aparelhos de Precisão, S.A., pessoa colectiva nº 500 231 206, com sede em Lisboa, na Estrada de Chelas, 187, no concelho de Lisboa, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **“Aquisição de Contadores de Água, Novos – Ajuste Direto Regime Geral 2019/300.10.005/1346”**, e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
- 2- Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:
 - a) Documento Atributos da Proposta, de acordo com o ponto IX alínea b) do Caderno de Encargos;
 - b) Certidão Permanente e Procuração, de acordo com o ponto IX alínea c) do Caderno de Encargos;
 - c) Ficha Técnica.
- 3- Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
- 4- Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no nº 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 5- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
- 6- Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do nº 1 do artigo 55º do referido Código.

- 7- O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Lisboa, 04 de dezembro de 2019

Rui Carrão Paiva
(Administrador)

DOCUMENTO ATRIBUTOS DA PROPOSTA

Designação	Preço unitário	Preço Total
Contador para água, marca JANZ, modelo JV600 , volumétrico, DN15, Q3=2,5m3/h, R400 L=165, corpo em compósito, Diretiva 2014/32/EU(MID), pré-equipados para emissores de impulsos, equipados com válvula de retenção, taxa de 1ª verificação.	17,96€ (dezassete euros e noventa e seis cêntimos)	9.878,00€ (nove mil oitocentos e setenta e oito euros)

Imposto: A incluir o IVA à taxa legal em vigor atualmente 23%, ou seja 2.271,94€ (dois mil duzentos e setenta e um euros e noventa e quatro cêntimos).

Prazo de Garantia: 2 anos contra qualquer defeito de fabrico, salvaguardando-se os atos de vandalismo e mau manuseamento.

Pagamento: A 60 dias data da fatura, após a entrega das respetivas faturas.

Prazo de Entrega: 30 dias a contar da data da celebração do contrato.

Local de Entrega: Nas instalações da Câmara Municipal de Sines – Armazém, sito na ZIL II Lote 247, 7520-309 SINES, com encargos por nossa conta.

Validade da Proposta: 66 Dias.

Lisboa, 04 de dezembro de 2019

Rui Carrão Paiva
(Administrador)